



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
24 de outubro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Nina Rodrigues

Destinação exclusiva de recursos do antigo Fundef na educação é objeto de acordo

O Ministério Público do Maranhão firmou, em 16 de outubro, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Nina Rodrigues, para a destinação dos recursos do antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) exclusivamente para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. Assinaram o documento o promotor de justiça André Charles Alcântara Martins Oliveira, da Comarca de Vargem Grande, e o prefeito de Nina Rodrigues, Raimundo Aguiar

Rodrigues Neto. O município de Nina Rodrigues é termo judiciário da Comarca de Vargem Grande. No acordo, o Município se compromete a fazer a transferência dos recursos recebidos da União (referentes ao Fundef) para uma conta exclusiva para esta finalidade. A numeração deve ser repassada aos órgãos signatários do TAC, no prazo de 5 dias após a abertura, devendo ser autorizada a consulta dos extratos pelo Ministério Público do Maranhão, Ministério Público Federal e Ministério Público de Contas para garantir a finalidade e

rastreadabilidade dos recursos e a sua aplicação exclusiva na área da educação. Cabe ao Município cumprir o Decreto nº 7.507/11, mantendo os recursos exclusivamente em conta aberta no Banco do Brasil para este fim. O movimento dos recursos deve ser exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta-corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente especificados. Os recursos não devem ser transferidos para outras contas do Município. No prazo de 30 dias, o Município deve elaborar e apresentar ao

Ministério Público um plano de ação para a utilização dos recursos. Uma audiência pública deve ser realizada para a apresentação do plano de ação, com a presença de representante do Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Fórum Municipal de Educação, entre outros. O descumprimento de qualquer cláusula do TAC acarretará em pagamento de multa diária no valor de R\$ 10 mil, a ser cobrada do prefeito. O dinheiro deverá ser revertido ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Matões

MPMA aciona Prefeitura e Câmara para regularização do Portal da Transparência

Por meio de uma Ação Civil Pública de obrigação de fazer, ajuizada no último dia 18, o Ministério Público do Maranhão busca que a Justiça obrigue a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Matões a regularizarem seus respectivos portais da transparência. De acordo com uma checagem realizada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOPA) do MPMA, ficou demonstrado que o Portal da Transparência do Executivo e Legislativo de Matões não vem cumprindo com os ditames legais, tendo sido constatada uma série de irregularidades. Em pedido de liminar, a ação.

que tem como autora a promotora de justiça Patricia Fernandes Gomes Costa Ferreira, objetiva o cumprimento da legislação, num prazo de 30 dias, quanto ao Portal da Transparência e à Lei de Acesso à Informação. Entre outras providências requeridas, estão a divulgação pelos Portais da Transparência dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Também foi solicitada pelo MPMA a liberação ao pleno conhecimento da sociedade, em meios eletrônicos e em tempo

real, de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, de acesso público. "Com a ação, estamos buscando a efetivação da política de transparência da Administração Pública, em conformidade com as determinações previstas na Constituição Federal e na legislação específica sobre a matéria, no que tange à adequação de seu Portal de Transparência, a fim de possibilitar à população maior amplitude no acesso às informações", declarou a promotora de justiça de Matões.

DESPESAS E RECEITAS

A Ação Civil Pública requer, ainda, a disponibilização de todos os dados praticados pelos gestores na execução das

despesas, com a divulgação detalhada do bem fornecido ou do serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Quanto à receita, providências semelhantes devem ser adotadas, com o lançamento e o recebimento dos recursos por todas as unidades gestoras, inclusive os recursos extraordinários.

Em caso de descumprimento das medidas a serem determinadas pela Justiça, o MPMA requer a aplicação de multa diária no valor de R\$ 10 mil até o limite de R\$ 300 mil, a ser revertido em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

**Cândido Mendes
MP questiona
inconstitucionalidade
da Lei Orgânica do
Município**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 26 de setembro, Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), com pedido de medida cautelar, em virtude da aprovação e promulgação irregular da Lei Orgânica do Município de Cândido Mendes, em 16 de março de 2018. De acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica deve ser votada em dois turnos, com intervalo mínimo de 10 dias. Além das mesmas exigências, a Constituição do Maranhão exige que seja aprovada por dois terços da Câmara Municipal. Na Adin, o então procurador-geral de justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sousa, destacou que, em Cândido Mendes, a lei foi votada e aprovada em turno único e em único dia. O trâmite legislativo do Projeto de Lei nº 01/2018 apresenta vício formal insanável. A inconstitucionalidade formal é declarada em função de falhas ou omissões no curso do processo legislativo.

"A Câmara Municipal de Cândido Mendes ao votar em único dia o Projeto de Lei nº 01/2018 não obedeceu às normas do processo legislativo, referentes à Lei Orgânica do Município, constitucionalmente previstas, eis que apreçado, votado e aprovado em um único dia (16.03.2018), quando em cumprimento ao disposto na Constituição da República (art. 29) e na Constituição do Estado do Maranhão (art. 143), deveria ter sido votado em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias", questionou, na Adin, Francisco Barros.

O representante do MPMA enfatizou que a violação de preceito constitucional, mesmo de caráter estritamente formal, importa em inconstitucionalidade da lei, e, por conseguinte, segundo a doutrina clássica, em nulidade da lei violadora. "A validade da lei, portanto, depende da observância dos preceitos constitucionais referentes à sua elaboração".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA

24 / 10 / 2019

PÁG.

1

Praia Grande

Juiz aguarda laudo de perícia técnica para decidir quem será responsável pela reforma do terminal

Titular da Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins pediu a vistoria de um engenheiro, para saber a real situação da estrutura do local

A perícia foi iniciada ontem e o resultado deve sair até o final da tarde de hoje; amanhã, o juiz vai analisar e decidirá quanto aos serviços a serem realizados e por quem

LUCIENE VIEIRA

A reforma do Terminal de Integração da Praia Grande, localizado na Avenida Vitorino Freire, região central de São Luís, ainda não tem data de início e enfrenta um dilema: se a responsabilidade pelos serviços é da Prefeitura ou do Consórcio Central, composto pelas empresas Tagatur e Rattans. O juiz Douglas de Melo Martins, que é o titular da Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, disse ao Jornal Pequeno que só decidirá sobre a responsabilidade pela execução da reforma, após perícia técnica, que deve ser concluída até hoje (24), e ser entregue ao magistrado amanhã (25). Enquanto isso, quem utiliza o terminal afirmou que ainda está tentando se adaptar às modificações ocasionadas pela interdição.

O Terminal de Integração da Praia Grande foi parcialmente interditado na terça-feira (23), devido ao risco de desabamento e até de incêndio, de acordo com auto de infração da Defesa Civil Estadual – órgão ligado ao Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA). A decisão inicial era de interditar o terminal por completo, mas depois de um pedido da Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil do Estado emitiu novo laudo que autorizou o funcionamento parcial do local. Assim, duas das quatro plataformas estão em funcionamento.

PERÍCIA E DECISÃO JUDICIAL

No dia 17 deste mês, em uma sala da Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, no Calhau, houve uma audiência entre a Prefeitura de São Luís e os consórcios responsáveis pela administração dos terminais de integração da capital maranhense. De acordo com o juiz Douglas Martins, nessa audiência, ocorreu o acordo de que o Município faria o asfaltamento dentro e no entorno dos terminais, e os consórcios responsáveis pelos terminais da Cohama, Cohab e Cohatrac ficariam com a incumbência de fazerem a manutenção das colunas, vigas, pilares, sistema de combate a incêndio e melhorias nos banheiros.

Sobre o Terminal de Integração da Praia Grande, o juiz disse que durante a audiência não houve acordo entre as partes, por que as empresas que formam o Consórcio Central alegaram que os problemas na estrutura do terminal são anteriores ao dia 1º de setembro de 2016, quando elas passaram a administrar o espaço. "Houve um impasse neste sentido, porém, tentarei outra audiência de conciliação, e tentar chegar a um bom termo", informou o Douglas Martins.

O titular da Vara dos Direitos Difusos e Coletivos disse que determinou que um perito judicial, com formação em engenharia civil faça a perícia. "Ele tem até esta quinta-feira para concluir sua função, na sexta-feira (25) quero o resultado da perícia na minha mesa, e na sexta-feira tomarei as próximas decisões, que provavelmente será uma nova audiência, para somente depois eu decidir a responsabilidade pela reforma", frisou Douglas Martins.

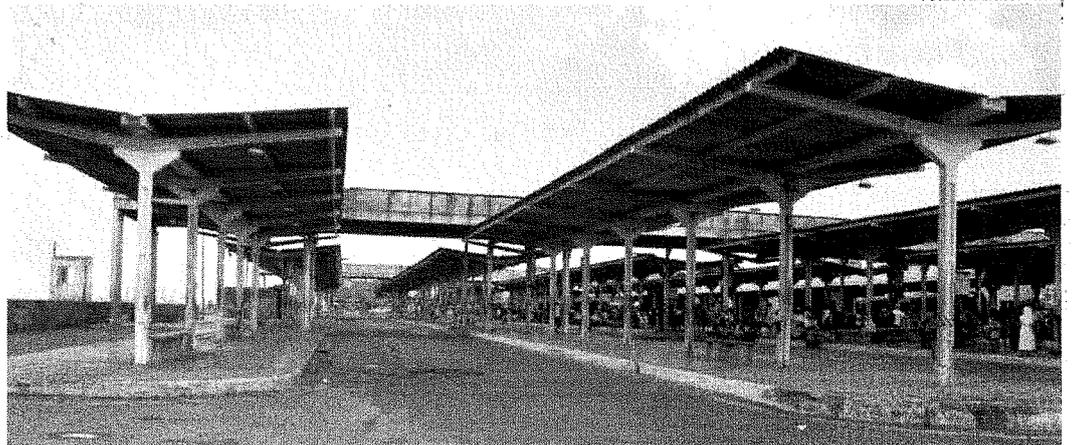
De acordo com o magistrado, o engenheiro deverá responder no relatório da perícia o estado de corrosão das armaduras que compõem a estrutura de concreto armado do terminal. O perito, de acordo com o juiz, também deverá responder, com as devidas fundamentações, se o sistema estrutural adotado no terminal é o isostático, com vigas em balanço; e qual a influência do estado de corrosão no comportamento deste tipo de estrutura.

Além, segundo o juiz, deve conter no relatório se existe a possibilidade de estimar o início do processo de corrosão do aço, que compõe a estrutura de concreto armado. E, por fim, o estado de conservação dos consolos, e se ele representa risco à integridade estrutural do Terminal de Integração da Praia Grande.

PASSAGEIROS AINDA SE ADAPTAM ÀS MUDANÇAS

Algumas pessoas disseram estar insatisfeitas com os problemas estruturais, que o terminal apresenta. Outras não esboçaram incômodo com a interdição. E houve aquelas que enfatizaram a falta de orientações aos passageiros, nas duas plataformas que não foram interditadas.

O agente penitenciário Felipe Ricardo Reis Pinto, que mora no Anjo da Guarda, reclamou de banheiros sujos e depredados, além da falta de sinalização e orientações dentro do terminal. Felipe disse que não é acostumado a andar de ônibus, pois tem seu próprio carro. Mas ontem (23), devido a uma viagem que estava prestes a fazer para Alcântara, ele deixou seu veículo em casa, foi de coletivo até a Praia Grande, desceu no terminal, saiu da estrutura, e caminhou em direção à Rampa Campos Melo, onde pegaria o



Dois plataformas do terminal estão interditadas, provocando aglomeração de passageiros somente nas duas que permanecem liberadas

barco. "Neste breve período que fiquei no terminal, fui ao banheiro que estava muito sujo, e com estrutura danificada, pude perceber portas, piso e torneiras quebradas", informou Felipe.

Felipe Reis contou que, com apenas duas plataformas disponíveis para o embarque e desembarque dos passageiros, devido à falta de placas que sinalizam onde exatamente cada ônibus está parando, e devido ainda à ausência de funcionários que façam este tipo de orientação aos frequentadores do terminal, as pessoas esperam confusas e desamparadas pelos ônibus, nestas duas plataformas. "Eu fui abordado por vários passageiros, que me perguntaram onde o ônibus tal estava parando, se era na plataforma 1 ou na 2", disse Felipe.

Oscarina Pereira Goes é cabeleireira. Ela atende em domicílio, e todos os dias costuma fazer caminhos diferentes pela cidade, em direção aos endereços de sua clientela. "Eu sempre ando de ônibus, mas não é toda vez que pego um rodêrio no qual é necessário utilizar o terminal. Hoje (ontem) foi preciso, só que como o meu destino era a Praia Grande, não encontrei dificuldade em descer na plataforma 1. E se descendi nela, é nela que vou ficar esperando meu ônibus de volta para casa. Espero que o motorista não resolva entrar na plataforma 2, porque nesta situação, eu precisarei correr para não perder o coletivo, e eu não tenho disposição para isso", disse Oscarina Goes, que mora no bairro do Angelim.

Jonelma Silva trabalha no setor de serviços gerais



Alguns passageiros, a exemplo do agente penitenciário Felipe Reis, disseram ainda estar se adaptando às mudanças provocadas pela interdição

de Universidade Federal do Maranhão (Ufma). Ela é moradora do bairro da Ivar Saldanha e contou que sempre pegava o ônibus Campus – o único que entra na Ufma – na plataforma 4, do Terminal de Integração da Praia Grande, e que atualmente está interditada. "Devido a esta interdição, eu continuo esperando pelo Campus nas plataformas 1 e 2. Mas, como a

situação é incerta, e para que eu não perca muito tempo na espera, nestas plataformas sempre paramos os coletivos Vila Nova e outros da região do Itaquibacanga, pego qualquer um deles, desço em frente à universidade, se for o caso", disse Jonelma ao relatar que a interdição parcial do terminal complicou sua logística ao caminho do trabalho.

Já Maria Odete Freitas Carneiro, gerente de um supermercado, garantiu que não se importa com os transtornos providórios, e opinou que é melhor se adaptar a eles, do que ficar para sempre com um terminal prestes a desabar. "Eu entendo que a interdição impactou a vida de milhares de passageiros, que utilizam o Terminal de Integração da Praia Grande. Mas se ela é causada para que se hajam melhorias no espaço, super apoio a decisão de interditar, e não reclamo", deu seu ponto de vista Maria Odete.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) informou que já destacou equipes de agentes para orientar e disciplinar o trânsito dentro e no entorno do Terminal da Praia Grande. A SMTT comunicou, ainda, que disponibilizou orientadores de plataforma para auxiliarem os usuários e que, em razão da urgência, solicitou reforço de operadores de outros terminais para esta função. E ressaltou que já está viabilizando a instalação de placas indicativas das novas paradas dentro do terminal.

FOTOS: FRANCISCO SILVA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

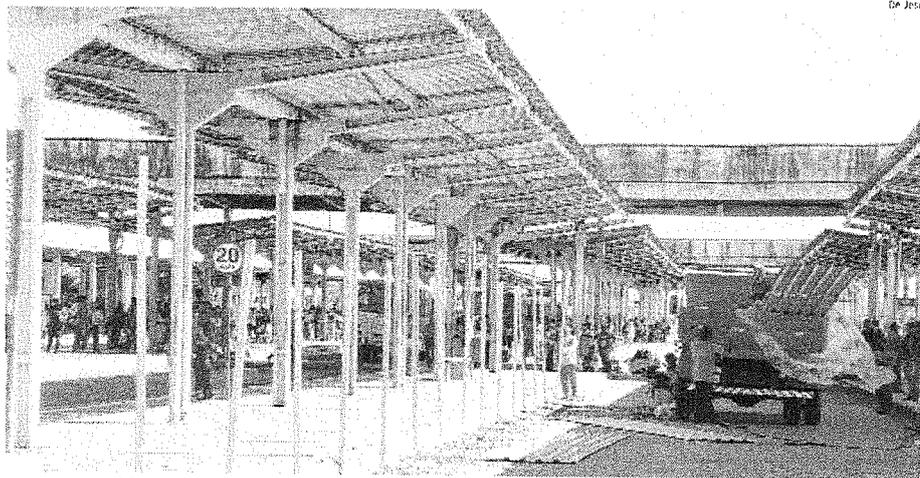
EDITORIA

Cidades

DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	6		
------	----------------	------	---	--	--

Decisão sobre interdição total do Terminal da Praia Grande só dia 25

Magistrado também decidirá quando essa interdição total, caso seja confirmada, deverá acontecer; parte interdita já foi isolada por tapumes de alumínio



Tapumes de alumínio começaram a ser colocados ao redor das plataformas interditadas ainda na tarde de ontem, para evitar acesso ao local

O juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, decidirá somente na sexta-feira, 25, se o Terminal de Integração da Praia Grande, localizado na região central de São Luís, será totalmente interditado ou não. Ele aguarda o laudo pericial, para que possa avaliar a situação de forma detalhada. No terminal, uma estrutura de alumínio isolou as duas plataformas obstruídas, para que os passageiros não transitem na área, devido ao risco de desabamento.

Segundo informado pelo magis-

trado, ele esteve ontem, 23, no Terminal da Praia Grande, para verificar os problemas, com o perito judicial responsável pela avaliação técnica. O juiz compareceu no local acompanhado de representantes da Prefeitura de São Luís e do Consórcio Central, que administra o terminal desde 2016. Douglas Martins observou cada estrutura das plataformas fechadas pela Defesa Civil do Maranhão na madrugada do dia anterior.

Conforme o juiz, o perito ainda vai apresentar ao Judiciário o laudo,

que será confeccionado com base nas observações técnicas. Porém, alguns detalhes já foram antecipados pelo profissional ao magistrado. Um deles é que, realmente, a interdição das duas plataformas terá fundamento, ou seja, é necessária. "Há riscos, de fato. Portanto, a interdição está correta. Nas duas plataformas não interditadas, será necessário colocar um escoramento fixo", apontou Martins.

O titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos frisou que, para que decisões sejam tomadas pelo

Judiciário, será necessário que o laudo escrito seja apresentado, com todas as informações da engenharia do terminal. "Somente após eu ter acesso ao documento ajustaremos algumas coisas", frisou.

Acordo

O juiz explicou que, durante a visita que fez ao terminal, chamou o Consórcio Central e a Prefeitura, para celebrarem um acordo. Após essa reunião, ficou decidido que tapumes seriam colocados para a segurança das pessoas que ali transi-

SAIBA MAIS

Nova sinalização

A Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) informou que já destacou equipes de agentes para orientar e disciplinar o trânsito dentro e no entorno do Terminal da Praia Grande. E que disponibilizou orientadores de plataforma para auxiliarem os usuários e que, em razão da urgência, solicitou reforço de operadores de outros terminais para esta função. "A secretária ressalta que já está viabilizando a instalação de placas indicativas das novas paradas dentro do terminal", ressaltou o órgão.

tam. A estrutura de alumínio já foi levantada e será uma barreira para que os passageiros não se aproximem do trecho interditado. "Foi feito esse acerto porque, embora as plataformas estejam fechadas, pessoas ainda caminhavam nelas. Então, para cercar a área, a proteção lateral foi fixada", pontuou o magistrado.

Conforme Douglas Martins, antes, só havia as fitas zebreadas, que não impediam que pessoas circulassem pelas duas plataformas interditadas. "Com essa colocação, não temos riscos das pessoas transitarem nas áreas fechadas", assinou o magistrado.

Reavaliar prazos

Douglas Martins disse que pode reavaliar a decisão do prazo de 120 dias para que os consórcios façam as reformas nos terminais de inte-

gração. Isso também vai depender da apresentação do laudo do perito, no que se refere ao da Praia Grande. Ele contou que, no último dia 17, houve uma audiência, na qual ficou estabelecido acordo com relação aos terminais da Cohab/Cohatrac e da Cohama.

No caso do Terminal da Praia Grande, o perito fez algumas recomendações, e o Consórcio Central e a Prefeitura de São Luís se comprometeram em apresentar os orçamentos à Justiça acerca das várias possibilidades de manutenção do terminal. "Nesta sexta-feira, vou marcar uma audiência de conciliação, que deverá ocorrer daqui a um mês, para sabermos as providências que serão adotadas", anunciou o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Responsabilidade da reforma

Questionado, Douglas Martins deixou claro que há uma decisão liminar dele determinando que as providências para a reforma são de responsabilidade do Consórcio Central. Mas isso é provisório, como o juiz enfatizou. "Somente depois da sentença, com contraditório e ampla defesa, é que a Justiça vai dizer de quem é essa responsabilidade", frisou o magistrado.

Essa polêmica ocorre porque José Gilson Caldas Neto, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de São Luís (SET), e também do Consórcio Central, alega que existe uma diferença entre obra estrutural (pilares, vigas, bases do terreno e outros aspectos) e manutenção (pinturas, troca de lâmpadas, pias, vasos sanitários, tomadas e outros itens similares). Segundo ele, somente a manutenção é responsabilidade do consórcio. Já a Prefeitura rebate e argumenta que a reforma é responsabilidade de quem administra o terminal. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	9		

MARANHÃO

Estradas tem avaliação crítica em pesquisa

Dados foram apresentados no relatório da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O Maranhão concentra 21,2% de avaliação péssima na pesquisa

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) divulgou o resultado da nova pesquisa sobre estradas brasileiras. Segundo o relatório, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul concentram 49,8% dos 797 pontos críticos de todo o país.

Na região Nordeste, considerando a avaliação no quesito Estado Geral, o Maranhão fica em segundo lugar, com 21,2% de avaliação péssima, perdendo apenas para Sergipe, que fica com 28,4% nesse quesito.

Na conclusão do referido quesito, do total de 4.633 quilômetros pesquisados, 2.955 km são classificados como "ótimo, bom e regular", enquanto 1.678 km estão na categoria "ruim/péssimo".

"Observamos, em 2019, uma piora nas condições da malha pavimentada. E a crise fiscal por que passa o país aciona o sinal de alerta em relação à nossa capacidade de manutenção e expansão da malha. A priorização do setor nas políticas públicas e a maior eficiência na gestão são imprescindíveis para reduzir os problemas, aumentar a segurança e evitar desperdícios. Toda a sociedade paga o preço da ineficiência da infraestrutura de transporte. Se a rodovia tem problemas, há mais consumo de combustível e maior desgaste dos veículos. Isso gera custos, que elevam o valor dos produtos. Além disso, há a questão dos acidentes rodoviários, que tiram vidas e oneram o Estado", aponta o relatório.

Nessa edição, foram pesquisados 108.863 quilômetros de rodovias pavimentadas. Essa extensão contempla a totalidade das rodovias federais e trechos estaduais considerados estratégicos para a movimentação de cargas



EM 2019 HOVE UMA PIORA NA MALHA PAVIMENTADA DAS ESTRADAS DO ESTADO

e passageiros pelo território brasileiro. Foram avaliados 41.757 quilômetros de rodovias estaduais (38,4% da

extensão total) e foram classificados como Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria da Via.

REPORTAGEM: TESSIE



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	9		

4.633 km de estradas investigados no Maranhão



SEGUNDO A SINFRA 3.525 SÃO CONSIDERADOS COMO "ÓTIMO, BOM E REGULAR" E 1.108 DELES ESTÃO ENTRE "RUIM E PÉSSIMO"

Segundo o Sistema Nacional de Viação (SNV), há 1.726.700 quilômetros de rodovias federais, estaduais, municipais, distritais e municipais pavimentadas, não pavimentadas e planejadas no país. Porém, desse total, apenas 213.453 quilômetros (12,4%) são pavimentados. Em nota, a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) esclarece que a CNT de Rodovias 2019 investigou 4.633 km no Maranhão, entre rodovias federais e estaduais. No Estado, dos 4.633 quilômetros pesquisados, 3.525 são considerados como "ótimo, bom e regular" e 1.108 deles estão entre "ruim e péssimo". Em relação à sinalização, 2.682 quilômetros são considerados "ótimo, bom e regular" e 1.951, como

"ruim/péssimo". Quanto à Geometria da Via, 2.691 km estão em "ótimo/bom/regular" e 1.942 "ruim/péssimo". "A Secretaria reforça que o Governo do Maranhão vem, desde o início da atual gestão, requalificando as rodovias estaduais em todas as regiões do Estado. De 2015 a 2018, as equipes atuaram em mais de 1.268 quilômetros de rodovias, trabalhando em pavimentação e melhoramento. Foram mais de R\$1,5 bi investidos em vários trechos importantes que cortam o Estado. Em 2019, apesar da grave crise nacional, o Governo já finalizou mais quatro trechos rodoviários e segue com mais de 10 obras rodoviárias em andamento no Estado. Além disso, há um trabalho contínuo de

manutenção e conservação das rodovias", disse a Sinfra.

De 2015 a 2018, as equipes atuaram em mais de 1.268 quilômetros de rodovias, trabalhando em pavimentação e melhoramento



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Geral			
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	5

EM OBRAS

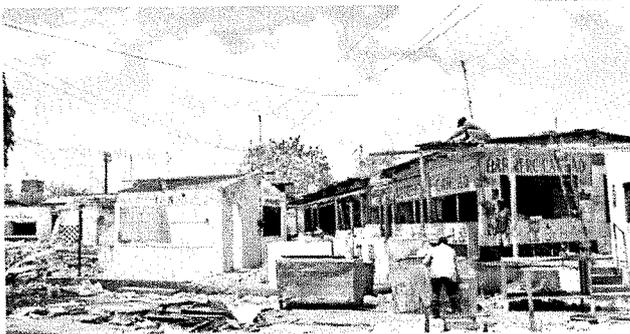
Obras do Mercado da Cohab são iniciadas

Parte do programa de requalificação do espaço visa garantir melhores condições de trabalho para feirantes e ambiente mais agradável aos frequentadores

O prefeito Edivaldo Holanda Junior deu início nesta semana às obras para a construção do novo Mercado da Cohab, o terceiro a receber serviço por meio do programa São Luís em Obras. Também estão sendo reformados os mercados do Coroadinho e da Tulhas, este na Praia Grande. O São Luís em obra é uma iniciativa do prefeito e já contabiliza mais de 20 frentes de serviços em diferentes regiões da cidade. A obra no Mercado da Cohab é coordenada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp). Nesta semana estão sendo realizados os serviços de demolição com remoção de entulhos da primeira área a ser reestruturada. O objetivo é transformar o local com infraestrutura, conforto e segurança para os feirantes e a população que frequenta o espaço.

A proposta do programa São Luís em Obras, segundo destacou o prefeito Edivaldo, é promover melhorias na infraestrutura da cidade e na vida dos cidadãos ludovicenses. "O início das obras no Mercado da Cohab demonstra que o programa São Luís em Obras segue avançado com várias ações pela cidade. Além dos três mercados que recebem obras, temos também frentes de asfalto em bairros da capital, reforma de praças e parques, escolas e unidades de saúde, entre outras ações. Estamos com várias frentes de trabalho pela cidade e outras serão abertas", disse o prefeito Edivaldo.

O antigo mercado dará lugar a um



GESTÃO DO PREFEITO EDIVALDO INICIA OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVO MERCADO

novo. De acordo com o projeto arquitetônico, a nova construção possibilitará o melhor aproveitamento da área do lote, mantendo o número de boxes existentes, redistribuindo os espaços internos, setorizando os ambientes e criando fluxos que permitam uma circulação organizada e contínua. A requalificação do espaço visa garantir melhores condições de trabalho para feirantes e ambiente mais agradável aos frequentadores do mercado.

Sobre a obra

Os serviços de reforma e ampliação do Mercado da Cohab preveem acessibilidade às pessoas com deficiência; iluminação e ventilação naturais; estruturação de piso, revestimentos, teto e banheiros; revisão hidráulica, elétrica e sanitária; harmonização

com o entorno; atendimento às normas reguladoras brasileiras; flexibilização e reorganização dos espaços de trabalho com a unificação das estruturas físicas existentes; instalação de equipamentos de segurança contra incêndio; inclusão de elementos que possibilitarão o manuseio e armazenagem adequados de alimentos, bem como o armazenamento de água e o descarte de resíduos sólidos.

Pensando no bem-estar dos feirantes e na continuidade da geração de renda de suas famílias, durante o período de obras no equipamento público, a Prefeitura de São Luís por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), disponibilizou 250 barracas em frente ao Mercado da Cohab, na Avenida Cinco.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	9		

FEMINICÍDIO

Jhon Lennon condenado por assassinar a esposa



JHON LENNON FOI CONDENADO A 19 ANOS DE CADEIA

O Tribunal do Júri da Comarca de Grajaú condenou Jhon Lennon Nascimento de Almeida a 19 anos e 3 meses de reclusão em regime fechado, pelo crime de feminicídio praticado contra Thalia de Sousa Santos, no dia 17 de outubro de 2018.



Segundo consta nos autos do processo, o casal estava em um bar e após chegar em casa, no bairro Vilaíha, em Grajaú, começaram a discutir. Foi quando Jhon Lennon atirou na cabeça da vítima.

No julgamento, o Ministério Público do Maranhão foi representado pelo promotor de justiça Raphael Bruno Aragão Pereira. Proferiu a sentença o juiz Alessandro Arrais Pereira. O Conselho de Sentença acatou a tese do MPMA que apontou três qualificadoras no crime: motivo fútil, recurso que impossibilitou a defesa da vítima e em razão da condição de sexo feminino consistente em violência doméstica e familiar (feminicídio).

Jhon deverá cumprir a pena na unidade penitenciária de Grajaú e não tem o direito de recorrer em liberdade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA

24 / 10 / 2019

PÁG.

10

Operação da polícia desmonta quadrilha na zona rural de São Luís

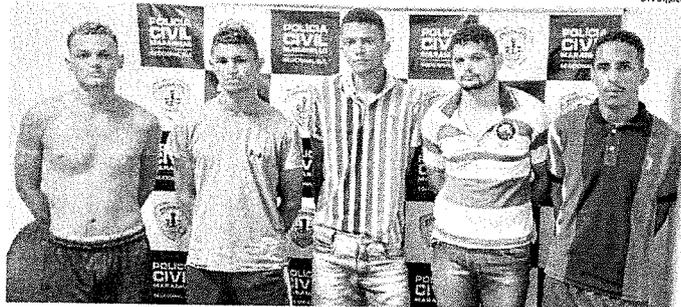
Cinco quadrilheiros acusados de homicídios, tráfico de droga, roubo de carga e estabelecimento comercial foram presos; dois deles ainda estão foragidos

ISMARAÚJO
Da redação de Polícia

Uma quadrilha especializada na prática de vários crimes como homicídios, tráfico de droga, roubo de carga, posto de combustível, mineradora e estabelecimentos comerciais, em bairros da Vila Maranhão, Mauro Fecury e Estiva, foi desarticulada ontem, durante a Operação Desmonte, da Polícia Civil. Somente neste ano, esses criminosos teriam praticado mais de 30 crimes na zona rural da capital maranhense.

Os presos foram Valcleton Silva Reis, Fernando José Melo da Silva, Justino Raimundo Viana Segundo, Alen Thaylan Lopes Baldez e Igo Mikael Soares. Segundo o delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Polícia Civil da Capital, esses quadrilheiros foram presos por decisão judicial. Faltam ser presos dois irmãos, que não foram localizados na diligência de ontem.

Após serem ouvidos pela polícia, os quadrilheiros foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde vão ficar à disposição do Poder Judiciário. "Esse bando seria responsável pelo clima de pânico nessas localidades da zona rural da capital, mas, felizmente, ele agora está em Pedri-



Os quadrilheiros Valcleton, Fernando, Justino, Alen Thaylan e Igo Mikael presos ontem, na zona rural

nhas", explicou o delegado.

Investigação

O delegado Carlos Alessandro de Assis informou que esses quadrilheiros teriam realizado, pelo menos, 30 crimes nessa região de São Luís, e estavam sendo investigados já há algum tempo. Uma das ações criminosas aconteceu no último dia 6 e teve como alvo uma empresa de comércio e transporte, instalada no bairro Cajueiro, área da Vila Maranhão.

Nessa ação, os bandidos dominaram os funcionários, inclusive o vigilante, que, além de ter a sua arma roubada, foi alvejado no rosto. Ele

foi levado para o hospital, mas não corre risco de morte.

Esse grupo ainda é acusado de ter assassinado a golpista de faca Flávia Bezerra Campos, fato ocorrido no dia 20 de novembro do ano passado, no povoado Linzeiro, na Vila Maranhão. O delegado comentou, também, que esses bandidos seriam responsáveis pelos ataques a caminhoneiros, postos de combustível e residências. A maioria desses ataques era praticada com muita violência.

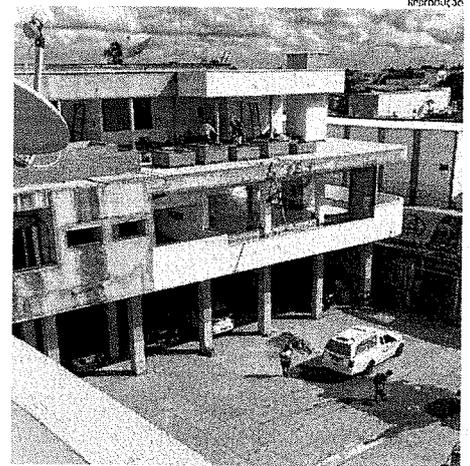
Mais ocorrência

Ainda ontem, um cerco realizado pelas polícias do Maranhão e do

Piauí na cidade de Timon resultou na prisão de dois criminosos e na apreensão de uma carga de queijo, dinheiro, celulares, armamento e munições de calibres diversos.

A polícia informou que os detidos, na madrugada do último domingo, roubaram o comerciante do Piauí, Edson da Silva Ferreira, de 46 anos, no município de Peritoró. Durante a ação, como o piauiense era hipertenso, acabou acometido de uma crise e morreu no local.

Os criminosos foram localizados e presos ontem, em Timon. Parte da carga foi recuperada, e as diligências continuam, visando localizar o restante do bando. ●



Corpo de Luís Cláudio caiu de uma altura de 10 metros deste prédio

Operário morre ao cair de prédio em construção

Tragédia ocorreu ontem pela manhã, no Bairro Novo, em Chapadinha; caso está sob investigação da polícia

O operário Luís Cláudio Santos, de 41 anos, segundo a polícia, morreu ontem ao cair de um prédio em construção no Bairro Novo, na cidade de Chapadinha. Há informações de que a vítima sofreu várias fraturas, principalmente na cabeça.

O movimento foi intenso no local do acidente, com moradores querendo obter informações sobre o caso. O Corpo de Bombeiros Militar, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e policiais militares foram acionados, mas nada puderam fazer já que a vítima morreu no local.

A vítima estava trabalhando

nesse prédio há alguns dias. Ontem, ela estava na concretagem da laje e ao receber um balde de concreto, que estava em uma carretinha, um dos pinos sacou e acabou caindo de uma altura de 10 metros.

Os socorristas do Samu disseram que a vítima teve um corte profundo na cabeça, perdeu muito sangue e morreu no local. O corpo foi removido para o Hospital de Chapadinha para ser autopsiado e em seguida liberado para os familiares. Luís Cláudio era morador do bairro Corrente, nessa cidade. ●

Corpo é achado em lixão da Ribeira

Polícia acredita que a vítima foi morta em outro local e jogada no lixão sem os olhos e as orelhas

Um corpo do sexo masculino foi encontrado na manhã de ontem em uma área de lixão, na área da Ribeira, zona rural da capital. A polícia informou que a vítima estava sem os olhos e com as orelhas cortadas.

O delegado Leonardo Carvalho, da Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), declarou à Rádio Mirante AM que o crime pode ter ocorrido nas proximidades do Mercado do Peixe,

área central, possivelmente na noite de terça-feira, 22, e o corpo jogado em uma área de lixão.

Ainda de acordo com o delegado, o corpo foi levado para a área de lixão da Ribeira pelo caminhão do lixão. Ontem pela manhã, os catadores acharam a vítima e acionaram a polícia. Os peritos do Instituto de Criminalística estiveram no local e o corpo foi levado para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado. Há

informações de que a vítima era um morador de rua e usuário de droga. O caso está sendo investigado pela polícia.

Homicídios

Já no interior, em Lagoa Grande, foi preso Isael Pereira Mornis, o Pirriá, de 30 anos, acusado de ter assassinado a ex-companheira, Emília da Silva Novas, de 21 anos. Ela desapareceu no último dia 13 e foi encontrada morta, no dia 16, em uma área de matagal, no povoado Tomé, zona rural da cidade. Havia perfurações de faca no corpo da vítima.

Ainda ontem, a polícia registrou a morte de Expedito Francisco de Lima em uma das celas da delegacia regional de Açailândia e os

principais suspeitos são os custodiados, Alex Lima Sousa e Wilson de Carvalho da Silva, que foram autuados em flagrante pelo crime de homicídio. A vítima apresentava várias marcas de golpes de objeto perfurante, inclusive nas costelas.

Na cidade de Presidente Dutra, foi detido Antônio José Pereira, em cumprimento de uma ordem judicial pela prática de crime de tentativa de homicídio contra o próprio filho, nome não revelado.

Na ilha, foi preso ontem William Leal Rodrigues, o Badio, acusado de ter assassinado Jacknilson Rodrigues Silva, no dia 3 de dezembro do ano passado, no bairro da Camboa. Ele também é suspeito de integrar uma facção criminosa e tráfico de droga. ●

Acusado de matar a mulher é condenado

Julgamento de Jhon Lennon foi realizado ontem em Grajaú, cidade onde a mulher foi morta em 2018

Jhon Lennon Nascimento de Almeida, de 19 anos, foi condenado no Tribunal do Júri da Comarca de Grajaú, na última terça-feira, a 19 anos e três meses de reclusão pelo crime de feminicídio praticado contra Thalia de Sousa Santos. Segundo a polícia, a mulher foi assassinada a tiros no dia 17 de outubro do ano passado, nessa cidade.

O julgamento foi presidido pelo juiz Alessandro Arrais Pereira e contou com a participação do promo-

tor de Justiça Raphael Bruno Aragão Pereira. O magistrado primeiramente ouviu as testemunhas e o acusado e, em seguida, foi aberto tempo para a defesa e o representante do Ministério Público realizarem as suas alegações.

Após essa etapa, o Conselho de Sentença se reuniu e acatou a tese do Ministério Público, que apontou três qualificadoras no crime. ●

Integra em o. estadom.com.br/474758



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	12	
------	----------------	------	----	--

Homem é preso ao comparecer em SHPP para prestar depoimento

William Leal Rodrigues, também conhecido como "Badão" ou "Menor B", foi preso na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), situada na Avenida Beira-Mar. O fato curioso foi que William foi detido no momento em que compareceu à delegacia, para prestar depoimento sobre seu suposto envolvimento em um homicídio. Porém, como já havia um mandado de prisão contra ele por outro assassinato, além de depor, William foi preso. De acordo com a polícia, o crime que resultou na prisão de William foi a morte de Jacksonson Rodrigues Silva, fato ocorrido no dia 3 de março de 2018, no bairro da Camba. Segundo a polícia, o suspeito ainda responderá ainda pelos crimes de integrar



William Leal foi prestar depoimento na SHPP, e acabou detido por suspeita de envolvimento em um homicídio. organização criminosa e tráfico de drogas. (Luciene Vieira)

Catadores de lixo encontram cadáver no Aterro da Ribeira

De acordo com o delegado George Antônio, da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), o corpo de uma pessoa ainda não identificada foi encontrado por catadores de lixo, em uma lixeira, no Aterro da Ribeira, zona rural de São Luís, nessa quarta-feira. O delegado disse que provavelmente a vítima foi assassinada no Centro, e levada para o Aterro da Ribeira.

George Antônio disse que havia golpes de faca no cadáver, mas que somente após a perícia a causa da morte será esclarecida. O delegado disse também que a polícia estava à procura da possível família da vítima, para o reconhecimento do corpo. "Como ainda não temos identificação formal da vítima, não temos autoria e nem motivação", frisou George Antônio. (LV)

Homem é assassinado com vários cortes de facão em Buritirana

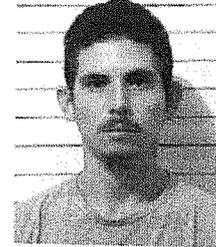
Um homem identificado como José Viana Costa, de 69 anos, foi assassinado na noite de terça-feira (23), em Buritirana, com vários cortes de facão. De acordo com o delegado da regional de Imperatriz, Praxistelles Mattins, a polícia investiga a real motivação do crime e a identificação do suspeito. Porém, segundo populares, o

crime teria sido cometido por um homem que estaria devendo a quantia de R\$ 17 no comércio da vítima, e a procurou novamente para efetuar outra compra facão, mas teve o pedido negado. Diante disso, o suspeito teria ido em casa, se armado com um facão e voltado para matar o comerciante, que foi surpreendido quando estava na porta de seu estabelecimento. (LV)

Pindearé-Mirim

Capturado homem que praticou homicídio e enterrou a vítima na cozinha de sua casa

Railson Brandão Dias, o "Lourinho", de 20 anos, natural de Pindearé-Mirim, se entregou à polícia na terça-feira (22), e confessou ter assassinado Arnaldo Silva Paiva, no dia 1º de setembro deste ano. De acordo com a delegada de Pindearé-Mirim, Cláudia Maciel de Almeida, Railson Brandão matou a vítima com um arpão, artigo utilizado na prática pesqueira, e a enterrou na cozinha de sua casa.



Após cometer assassinato, Railson Dias enterrou a vítima na cozinha de sua casa.

De acordo com a delegada, no dia seguinte ao crime, familiares de Arnaldo Silva informaram à polícia sobre o desaparecimento da vítima. E, segundo Cláudia Maciel de Almeida, por meio de denúncias anônimas de forte mau cheiro na residência onde o corpo foi enterrado, policiais encontraram o cadáver. A partir de então, Railson Brandão passou a ser procurado

pela polícia, até que terça-feira, o suspeito decidiu se entregar, confessando o crime. (LV)

Mulher é presa por tráfico internacional de drogas em Imperatriz



Ivani Bezerra Belfort foi presa na segunda-feira (21) em Imperatriz, por suspeita do crime de tráfico internacional de drogas. Segundo informações da polícia, Ivani Bezerra estava sendo investigada pela Justiça Federal pela prática de crime de tráfico de drogas e após os policiais reunirem provas contra ela foi decretada a prisão definitiva da suspeita. Ivani Bezerra Belfort foi capturada e levada para a sede da Delegacia Regional de Imperatriz e, logo após, ela foi encaminhada para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), onde permanece à disposição da Justiça. (LV)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	12

“Desmante”

Operação prende cinco suspeitos de praticar crimes na região da Vila Maranhão e Estiva

Quinteto aterrorizava moradores, invadindo residências; além de atacar caminhoneiros na BR-135

LUCIENE VIEIRA

Uma operação da Superintendência da Polícia Civil da Capital (SPCC) prendeu, nessa quarta-feira (23), cinco homens suspeitos de praticarem pelo menos, nos últimos seis meses, 40 registros catalogados pela Delegacia Seccional Sul, relacionados a atos criminosos perversos, na região da Vila Maranhão, Estiva e BR-135. Eles foram identificados como Valcleiton Silva Reis, Fernando Jose Melo da Silva, Justino Raimundo Viana Segundo, Alen Thaylan Lopes Baldez e Igo Mikael Soares. De acordo com o titular da SPCC, o delegado Carlos Alessandro, ainda faltam dois suspeitos serem capturados, seria os irmãos Leandro e Flávio Veras. A operação foi denominada “Desmante”, segundo o delegado Carlos Alessandro, em alusão à desarticulação dessa associação criminosa. “Estes suspeitos são responsáveis por crimes contra empresas e residências. Em 2018, eles, por pura perversidade, dispararam tiros de arma de fogo no rosto de um vigilante, de um estabelecimento comercial que foi assaltado. Todas as ações cometidas por estes cinco suspeitos são sempre envolvidas de muito terror”, disse o titular da SPCC. Carlos Alessandro disse que Valcleiton, Fernando, Justino



Suspeitos presos pela Polícia Civil pela prática de diversos crimes na Vila Maranhão, Estiva e BR-135

Raimundo, Alen Thaylan e Igo Mikael têm passagens pela polícia, cada um com uma ficha criminal extensa. Inclui um deles, Fernando Jose Melo da Silva estava preso, mas havia sido recentemente beneficiado com a liberdade provisória. “Ele voltou a cometer crimes. Fernando é responsável pela morte de um homem identificado como Flávio, em 2018, após uma festa”, comemorou Carlos Alessandro, ao

informar que os cinco suspeitos presos ontem atuavam nos bairros da Vila Maranhão e Estiva. E que os crimes costumam ser desde assaltos a estabelecimentos comerciais, invasões a residências, e até mesmo ataques a caminhoneiros, na BR-135. As informações foram repassadas pelo delegado Carlos Alessandro na tarde de ontem, durante entrevista coletiva à imprensa, na sede da Polícia Civil, no Centro

Historico, que contou com a participação do delegado Paulo Arthur Franco da Seccional Sul, que compreende Anjo da Guarda, Vila Embrael, e Vila Maranhão, e do delegado Gustavo Alencar, assessor da SPCC. A polícia informou que está à procura da dupla de irmãos Leandro e Flávio Veras, e que há outros mandados de prisão que a Superintendência tem para cumprir, nos próximos dias.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	24 / 10 / 2019	PÁG.	6

São necessários R\$ 2,2 bi para recuperar a malha rodoviária do estado

Pesquisa da CNT afirma que valor cobriria gastos emergenciais, manutenção e reconstrução; 213 pontos críticos foram identificados em rodovias do estado



Trecho da BR-316, entre Zé Doca e Araguaçu; estrada foi parcialmente recuperada, mas precisa de obras, como outras que cortam o Maranhão

DANIEL MATOS
Coordenador de Reportagem

A Pesquisa CNT de Rodovias 2019, divulgada na terça-feira, 22, pela Confederação Nacional de Transportes (CNT), aponta a necessidade de um investimento de R\$ 2,2 bilhões para recuperar a malha viária do Maranhão. De acordo com o levantamento, o montante bilionário cobriria gastos com ações emergenciais, de manutenção e de reconstrução das estradas federais e estaduais que cortam o estado. A pesquisa identificou 213 pontos críticos nessas vias, sendo 10 erosões na pista, duas quedas de barreiras e 201 trechos com buracos grandes.

A Pesquisa CNT de Rodovias avaliou toda a malha federal pavimentada e os principais trechos estaduais, também pavimentados. Em 2019, foram analisados 4.633 quilômetros no Maranhão, de um total de 106.863 quilômetros em todo o Brasil. De acordo com o levantamento, 70,7% da malha rodoviária pavimentada apresenta algum tipo de problema, com qualificação regular, ruim ou péssima. Exatos 29,3% da malha é considerada ótima ou boa.

O pavimento apresenta problemas em 64,5% da extensão avaliada. A condição satisfatória do asfalto foi constatada em 35,5% dos trechos. Em 8,2%, o pavimento está desmiúdo. Quanto à sinalização, 74,6% são considerados regulares, ruins ou péssimos. A classificação ótima ou boa foi atribuída a 2,5,4%. A faixa central é inexistente em 22,5% da extensão e as faixas laterais não existem em 24,3%.

Em relação à geometria da via,

59,3% (da extensão) é deficitária e 40,7% ótima ou boa. As pistas simples predominam em 98,5%. Falta acostamento em 40,6% dos trechos avaliados. Nos trechos com curvas perigosas, em 57,5% não há acostamento nem defensão.

Pontos críticos

A pesquisa identifica 213 pontos críticos na malha rodoviária do Maranhão, sendo 10 erosões na pista, duas quedas de barreiras e 201 trechos com buracos grandes. As condições do pavimento geram um aumento de custo operacional do transporte de 36,5%, o que reflete na competitividade e no preço dos produtos.

Diante de tantos problemas identificados, estima-se que seja necessário um investimento de R\$ 2,2 bilhões para recuperar as rodovias no Maranhão, com ações emergenciais, de manutenção e de reconstrução. Este ano, do total de R\$ 178,77 milhões em recursos autorizados pelo Governo Federal para infraestrutura rodoviária especificamente no Maranhão, foram investidos R\$ 124,50 milhões até setembro (69,6%).

Acidentes

O prejuízo gerado pelos acidentes foi de R\$ 251,18 milhões em 2018. No mesmo período, o governo gastou R\$ 244,04 milhões com obras de infraestrutura rodoviária de transporte.

No quesito meio ambiente, estima-se que em 2019 haverá um consumo desnecessário de 48 milhões de litros de diesel devido à má qualidade do pavimento das rodovias do Maranhão. Esse desperdício custará R\$ 170,06 milhões aos transportadores. ●